

Casinos levam Estado a tribunal por cobrança abusiva de impostos

Por Isabel Tavares, publicado em 19 Dez 2012 - 15:45 | Atualizado há 22 horas 47 minutos

O governo tem pronta desde Abril deste ano nova legislação para regulamentar a actividade, incluindo alterações no regime das contrapartidas e apostas online

Imagem

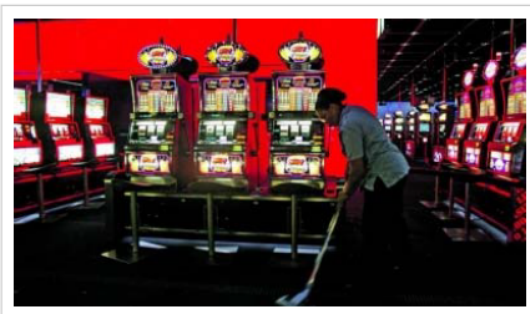
Imprimir Enviar

Like 41 Send

20 0

Twitter 3

9



A Associação Portuguesa de Casinos (APC) vai levar o Estado a tribunal por ter de pagar mais impostos do que aquilo que factura. O processo, que conta com os pareceres dos juristas Sérvulo Correia e Mário Esteves de Oliveira e ainda do professor de Direito Marcelo Rebelo de Sousa, deverá dar entrada nas próximas duas semanas.

O i tentou ouvir os responsáveis de diversos casinos, mas todos recusaram fazer declarações. É que os associados da APC estiveram reunidos esta segunda-feira e decidiram que ninguém se pronunciaria até o processo dar entrada em tribunal. A Associação Portuguesa de Casinos decidiu também contratar a agência Cunha Vaz & Associados para tratar da comunicação relacionada com este assunto.

Os casinos portugueses debatem-se com a maior quebra de receitas de sempre. Os 11 casinos nacionais tiveram receitas inferiores às do ano de 2008, altura em que existiam apenas sete casinos.

A crise tem afastado muitos clientes das salas de jogos e de espectáculos, ao mesmo tempo que aumentam as apostas online. As perdas acumuladas são superiores a 95 milhões de euros e reflectem-se um pouco por todos os casinos – Vilamoura, Praia da Rocha, Monte Gordo (Solverde), Figueira da Foz (Amorim Turismo) e Póvoa (Sociedade Estoril-Sol).

Isto significa que cinco das sete concessões vão apresentar volumes de receitas inferiores aos mínimos contratuais estabelecidos. Ou seja, os casinos estão a pagar mais em impostos do que aquilo que facturam.

A APC já tinha avisado que poderia intentar uma acção contra o Estado, que desde Abril tem pronta nova legislação para regular a actividade que não há meio de ser aprovada. Na altura, a associação falava numa indemnização de 369 milhões de euros, a grande fatia dos quais por o Estado não estar a cumprir a sua obrigação de proteger a actividade dos casinos do jogo online. O governo prometeu então resolver o problema e a APC recuou.

TURISMO O imposto especial sobre o jogo (IEJ) é uma das principais receitas do turismo. Os casinos pagam em média 100 milhões de euros por ano ao Estado no âmbito desta tributação e quase 80% são entregues ao Turismo de Portugal.

Deste total (79,7 milhões em 2011), 20% são afectados a obras e investimentos de interesse para o turismo nos municípios onde estão localizados os casinos.

Em 2010, este imposto representou 43% do orçamento total da receita do Turismo de Portugal, mas estima-se que, no total, incluindo a contrapartida anual, as receitas dos jogos representem perto de 60% do orçamento global de receita do Turismo de Portugal. Significa isto que a perda de receita dos casinos é também negativa para o sector público, que depende parcialmente destas verbas para financiar a actividade turística.

De acordo com os números disponíveis, a actividade é responsável por 10% do PIB nacional e por 11% do emprego. Em dez anos, os casinos pagaram ao Estado quase 2 milhões de euros em contrapartidas iniciais e anuais.